

A estratégia pós- -verdade: propaganda e deslegitimação

*The post-truth strategy:
propaganda and delegitimation*

https://doi.org/10.14195/2183-6019_11_3

Resumo:

Neste artigo investiga-se a “pós-verdade” como ação política de comunicação. Através de desenvolvimento teórico e revisão bibliográfica, busca-se evidenciar que o raciocínio crítico com as fontes de informação por parte do público-alvo pode ser manipulado para reforçar preconceitos. Isso se relaciona com as características da modernidade, nos termos de Giddens. Tal manipulação mira a confiança nas autoridades de informação critérios de legitimação: dos testemunhos, no caso do jornalismo; do conhecimento, no caso da ciência. Tal estratégia apresenta paralelos com a visão pós-estruturalista da política, caracterizada pelo questionamento das instituições que impõem critérios de discursos aceitáveis. Por isso escapa à deliberação argumentativa, prescindindo de veracidade e exatidão em seus enunciados.

Palavras-chave: Pós-verdade; propaganda política; estratégia; reflexividade; pós-estruturalismo.

Abstract:

We investigate “post-truth” as political and communicative action. Through theoretical development and with help from specialized bibliography, we seek to show that the public’s critical thinking regarding sources of information can be manipulated to reinforce preconceptions. This is related to the characteristics of modernity, in Giddens’ terms. Such manipulation targets trust in authorities of information and legitimation criteria for testimony, in the case of journalism, and knowledge, in the case of science. We argue that such strategy has parallels with a post-structuralist view of politics, characterized by questioning institutions that impose criteria of acceptable discourses. Hence it escapes argumentative deliberation and eschews truthfulness and accuracy in speech.

Keywords: Post-truth; propaganda; strategy; reflexivity; poststructuralism.

Introdução

Em anos recentes, apareceu na esfera pública uma perplexidade difusa com movimentos políticos cuja prática discursiva é marcada por uma fala prolixa em falsidades. Levantaram espanto por estarem em contradição com fatos notórios de conhecimento público, dados científicos e realidades evidentes, ou por conterem contradições internas óbvias. Mais importante: elas parecerem efetivas na atual conjuntura política.

O que seria essa pós-verdade? O termo data de décadas passadas (Keyes, 2004), mas na fase de seu uso difundido – após eventos políticos nos EUA e Reino Unido em 2016 – o sentido relevante é dado pelo dicionário Oxford, que elegeu “pós-verdade” como “palavra do ano 2016”: “*relating to or denoting circumstances in which objective facts are less influential in shaping public opinion than appeals to emotion and personal belief*”¹. Livros foram escritos para analisar o fenômeno. Notavelmente, Kakutani (2018) utiliza uma abordagem de

crítica cultural e McIntyre (2018) tentou dissecar suas origens e influências. Esse diagnóstico faz crítica do pós-modernismo como difusor de relativismo e apresenta redes sociais como causa de polarização.

Tal ideia de uma “era pós-verdade”, tem problemas. Pode-se questionar a ideologia por trás de tal *discurso*, que contém a deslegitimação política dos “irracionais” e o imperativo tecnocrático de concentrar poder nas mãos de guardiões privados da “racionalidade” (Cvrtila, 2019). E não se deve esquecer que a mentira é fenômeno normal na política porque esse é o terreno da negação do existente e afirmação do imaginado (Arendt, 1972).

Neste artigo busca-se avançar uma direção distinta: avaliar a pós-verdade como *ação política*. Argumentamos que os fenômenos que recebem, em conjunto, o nome “pós-verdade” – *a discordância acerca da crença na verdade ou falsidade de fatos e eventos, acompanhada de polarização em torno dessa crença, em um contexto político* – são manifestações da ocorrência de um tipo de ação estratégica na disputa pelo poder.

Tal estratégia de comunicação é algo que mina a legitimidade de certas ordens (ou convenções) de justificação sem coerção: a política (forma de legitimar poder); a ciência (forma de legitimar saber) e o jornalismo (forma de legitimar testemunhos). A *estratégia pós-verdade* se caracteriza, não pelo abandono do fato, mas pelo fomento de uma atitude crítica não razoável – pois critérios de legitimação são seus alvos – para tornar aceitáveis certos mitos. Um tipo de atividade entre sujeitos ativos que requer decisão política e a instrumentalização de contradições latentes na modernidade.

Dimensão estratégica: o momento da legitimação

Afirmar a pós-verdade como manifestação de uma estratégia significa ir contra a hipótese de que o problema central seja algum grande fato social ou abandono geral da racionalidade da esfera pública. É preciso uma visão estrutural da sociedade como rede de influências ou, como escreveu Norbert Elias, como um todo que cada indivíduo

¹ Oxford Dictionary. Word of the year 2016. Em <https://languages.oup.com/word-of-the-year/word-of-the-year-2016>

forma com os demais e que é maior que suas partes que, por sua vez, formam entre si redes de interdependência, responsáveis por uma ordem oculta capaz de produzir sujeitos. A formação dos sujeitos rompe a dicotomia entre afeto e racionalidade, pois se dá pelas tensões superegóicas e impulsos emocionais entre cada um e todos os demais, algo “responsável pelo fato de ser o homem, numa medida especial, um ser social” (Elias, 1994, p. 37) e que baseia as tensões entre grupos que produzem mudanças estruturais, ou seja, a historicidade.

Na comunicação entre indivíduos conectados, há uma dimensão estratégica que diz respeito a afetos. Muniz Sodré (2006) escreve sobre as *estratégias sensíveis* que têm lugar antes da realização da transmissão do conhecimento e permite flexibilizar as exigências cognitivas dessa transmissão para cada situação, mapeando as opções de modo a planejar uma escolha racional para cada eventualidade possível. Razão e paixão estão interligadas nesse processo. A relação comunicativa não apenas transmite conteúdo, mas também

A relação comunicativa não apenas transmite conteúdos, mas também forma a relação entre sujeitos

forma a relação entre sujeitos, algo que não é apreendido por uma concepção estrita da racionalidade e que é anterior à lógica argumentativa, ou à própria codificação linguística. Essas táticas dependem da espontaneidade, fruto do ajustamento afetivo entre interlocutores, algo singular no espaço e no tempo, e que exige um juízo estético anterior à reflexão, mas que determina valores sobre os estados de coisas.

A ação social anterior à compreensão discursiva está no terreno da legitimação, da significação e das ordens simbólicas. É o terreno da compreensão prática das regras sociais, elemento essencial à reprodução contínua dos contextos sociais do comportamento. Quando Anthony Giddens escreve sobre a *reflexividade* como essencial à ação humana – “*All human beings routinely ‘keep in touch’ with the grounds of what they do as an integral element of doing it*” (Giddens, 1991, p. 36) –, ressalta o papel da *cognoscitividade*, ou seja, de um conhecimento prático das regras sociais anterior à interpretação discursiva. Regras essas que são institucionalizadas

e transmitidas na interação. Como os indivíduos reflexivos estão engajados em processos comunicativos entre si, processos produtores de significados e organizados por regras sociais, tais regras e processos estão intrinsecamente conectados com a legitimação e a dominação. Essas instituições são o local da produção de símbolos (organizações metafóricas de significados) e ordens simbólicas, *locus* institucional das “ideologias”, entendidas aqui como assimetrias de dominação que ligam significação à *legitimação* de interesses.

A relação da comunicação com a legitimação está bem estabelecida. Não à toa, “em muitos contextos da vida social ocorrem processos de ‘filtragem de informação seletiva’, pelos quais atores estrategicamente colocados procuram reflexivamente regular as condições globais de reprodução do sistema (Giddens, 2009, pp. 32-33). Atores estratégicos estão apoiados nas estruturas constituintes de relações sociais. Ainda assim, sua estratégia não pode ocorrer à revelia do outro. Há, escreve Giddens, uma “dialética do controle” com os demais sujeitos, que também

compreendem cognoscitivamente a lógica da comunicação.

O tema natural e evidente para pensar estratégias comunicativas é a *propaganda*. No processo político, definido pela deliberação, a propaganda é algo situado em um momento pregresso. Como escreve Wilson Gomes (2004), enquanto a discussão pública está marcada pelo diálogo, a propaganda tem caráter didático, visando convencer e ensinar através de uma informação de dimensão normativa e retórica. Ela existe no momento da legitimação e deslegitimação dos sujeitos e dos interesses na esfera pública.

Ora, o momento do diálogo – posterior ao momento da legitimação por estratégias envolvendo estabelecimento de significados sociais - é o momento da política em sentido estrito: uma forma de governar sociedades divididas através de uma atividade de conflito e conciliação entre grupos diversos entre si, que se resolve sem coerção ou violência (Crick, 1962). Trata-se de um ambiente de deliberação no qual a argumentação parte de princípios mutuamente aceites rumo a um consenso superior ao estado

O tema natural e evidente para pensar estratégias comunicativas é a propaganda. No processo político, definido pela deliberação, a propaganda é algo situado em um momento pregresso

inicial. O consenso de regras pressupostas estabelece a razoabilidade do diálogo e um consenso final existe como horizonte, expresso na ideia de transigência.

Essa concepção de raízes dialéticas e aristotélicas entende a ordem política como uma convenção humana que serve para organizar outras convenções humanas. Aí se encontra um paralelo entre política e ciência, ambas sendo ordens convencionais de justificação de certas verdades, de acordo com certos critérios que lhes dão um ponto de partida no consenso evitando o dogmatismo na aceitação de proposições. “*Politics, like science, must be praised for being open-minded, both inventive and skeptical (...). When anything is deemed to be fixedly true by virtue of the authority who pronounces it, this thing can be neither politics nor science*” (Crick, 1962, p. 141).

Manipulação e confiança

A dimensão estratégica da pós-verdade tem a ver com a confiança nas fontes de relatos. É útil observarmos os conceitos da epistemologia social para pensar evidência comunicada, como

confiança e testemunho (Goldman, 2011). Testemunho é o ato de comunicação de um falante que intenciona transmitir uma proposição correta ou é percebido como quem o faz, e sua confiabilidade é fator importante a determinar a transmissão do conhecimento (Lackey, 2011).

Na política, esses conceitos se cruzam na questão do poder que emana da posição de autoridade legítima, detentora de atributos de credibilidade. Como escreve Fricker (2011), essa autoridade deriva da condição do ser humano de necessitar de alguma certeza sobre as consequências de suas ações, o que o força a buscar os bons informantes, identificando certos atributos de confiabilidade e competência que denotam “autoridade racional”. Entretanto, prossegue a autora, essa dinâmica está inserida na paisagem cultural e histórica, está sujeita a forças sociais. Há espaço para disputa em torno das propriedades de credibilidade e o acesso a elas tende a ser influenciado pelo poder social. A conquista de credibilidade constitui uma conquista do poder de declarar o que é aceitável. E a situação na qual esse poder seja

constantemente obtido por aqueles que não possuem autoridade racional significa uma *injustiça epistêmica*, com o desempoderamento de comunidades de conhecimento.

Como O’Connor e Weatherall (2019) demonstraram através de um modelo de atores racionais, a confiança é elemento importante para a informação e desinformação do público, assim como o diálogo social e a mútua influência dos indivíduos em rede. Ao posicionar agentes propagandistas capazes de manipular a disponibilidade de evidências e a confiança nas fontes de informação, é possível que redes de conhecimento – que, em condições normais, funcionam de forma a produzir e disseminar o saber – passem a ser palco do espalhamento de crenças falsas, polarização em torno dessas crenças e conformidade de grupos com relação a elas. Tal estudo oferece indicação contundente de que fatores psicológicos ou cognitivos não têm relação causal forte com tais fenômenos. Propagandistas podem disputar as crenças do público enviesando a evidência, sua distribuição ou visibilidade para gerar confusão e dificultar o juízo sobre a legitimidade das fontes.

Crítica sem critério e o questionamento do jornalismo

Algumas análises da pós-verdade se preocupam com os hábitos individuais de consumo de informação e apontam um déficit de racionalidade, diagnóstico que pode facilmente levar à prescrição de mais “pensamento crítico”: o cidadão precisa questionar mais e não crer em qualquer coisa apenas porque condiz com suas crenças pré-estabelecidas. Autores como Ribeiro e Ortellado (2018) propõem que a responsabilidade social pela proliferação de mentiras seja deslocada dos atores maliciosos para a totalidade da esfera pública, que estaria degradada em uma guerra de informação pouco reflexiva.

Mas isso não condiz com o que se observa do comportamento do público face à desinformação e radicalização. Como declarou certa vez a presidenta do instituto *Data & Society*, “*If we’re not careful, ‘media literacy’ and ‘critical thinking’ will simply be deployed as an assertion of authority over epistemology*” (Boyd, 2013) pois a natureza da crise não é de dúvida a respeito do que é verdadeiro, e sim de disputa

epistemológica acerca de quem pode decidir o que é fato. Narrativas pré-estabelecidas são importantes na determinação das conclusões que indivíduos tiram da informação.

O que se verifica empiricamente é que cidadãos tendem a duvidar das fontes de informação. A desinformação ganha espaço quando as pessoas escolhem dar credibilidade a uma fonte de fatos alternativos em vez de uma fonte razoável, processo que tem a ver com o reforço de suas preconcepções e suas formas de interpretação dos conteúdos – seu contexto cultural e ideológico. Tais elementos são passíveis de manipulação por agentes maliciosos através do incentivo de pensar por conta própria, “questionar mais”, ou seja, da ficção de que fatos falam por si. Esses agentes também frequentemente atacam a mídia noticiosa tradicional, acusada de adicionar ideologia ao contextualizar os fatos. Isso é facilitado pela manipulação de mídias digitais e seus algoritmos de seleção de conteúdos que, embora sejam opacos ao usuário, têm um viés de reforço ideológico sob o imperativo da personalização da experiência (Tripodi, 2017). “Câmaras

de eco”, às vezes são apontadas como causadoras da pós-verdade, parecem ser criadas de caso pensado por agentes políticos, o que condiz com evidências do efeito moderador da internet no comportamento político, e das assimetrias de polarização (Barberá, 2014; Faris et al., 2017), evidência da causalidade política e social de “bolhas filtradas”.

A percepção de que a mídia tradicional é manipuladora (Madden et al., 2007) contribui para erodir a confiança no jornalismo e serve a atores políticos que busquem radicalizar setores da esfera pública através de uma retórica conspiracionista e da exploração de problemas percebidos com a imprensa tradicional (Marwick & Lewis, 2017), algo amplificado por um sentimento crescente de desconfiança com relação a toda forma de mediação das informações (Fletcher & Nielsen, 2018). Nesse contexto entram também novas tecnologias que colocam à disposição dos propagandistas técnicas avançadas de marketing e publicidade que permitem teleguiar conteúdo a grupos de interesse, amplificando desconfiças e ansiedades sociais (Nadler et al., 2018).

Não falamos, portanto, em uma atitude irracional com relação a eventos e fatos, e sim uma discordância importante acerca de critérios.

A pós-verdade pode ser concebida não como uma categoria única de dissimulação, mas como um *regime enunciativo* caracterizado pela instrumentalização da desregulação informativa e pela *indiferença com a exatidão*. Inclui a falsificação da *pretensão de legitimidade* do marco comunicativo e o questionamento da confiança social. Se caracteriza menos por falsos enunciados e mais pelo charlatanismo de afirmações infundadas e boatos em uma pluralidade de práticas condizentes com o objetivo de manipular públicos segmentados. Uma forma generalizada, massiva e desregulada de mentira que de diversas maneiras busca impugnar garantias e compromissos epistêmicos, bem como contextos de justificação comunicativa (Farré, 2019).

Diante disso, enfatizar o “pensamento crítico” individual serve para exacerbar a individualização da responsabilidade pelo assentimento às informações comunicadas, inflacionando a confiança de indivíduos em sua

habilidade de discernir confiabilidade de forma independente (Bugler & Davison, 2018), o que pode resultar até na insistência de defender informações já expostas como fraudulentas (Leu, Kinzer, Coiro, Castek, Henry, Leu, 2013).

Ao invés de uma aceitação automática do absurdo, percebe-se um sentimento de rebeldia contra uma percebida arbitrariedade, algo que faz parte da característica reflexiva da modernidade, nos termos de Giddens: conforme a tradição é desincorporada do aparato institucional moderno, mais os indivíduos são levados a depositar confiança em sistemas abstratos e especializados que os afetam cotidianamente, mas cujos fiadores estão ausentes. A confiança assim institucionalizada se manifesta em cada indivíduo de maneira desconfortável, como uma *compulsão*. A questão de quem toma decisões e por que aceitá-las aparece então como uma questão de poder e emancipação (Giddens, 2012).

A instituição da confiabilidade dos locais de conhecimento sem o reconhecimento da metodologia que a justifica causa sentimento de emancipação ao libertar-se de tais laços e

questionar qual poder os instituiu. A verdade não passa de uma imposição de poder para quem não reconhece os métodos que a justificam. Métodos convencionais, historicamente constituídos e por isso não imediatamente óbvios. Porém, crucialmente, dessa relação não se segue nenhum imperativo de ceticismo radical em relação a todo conhecimento. Para tanto, segundo o autor, se faz necessário um juízo moral que introduz uma decisão política. Segue-se que a rebeldia contra tal imposição pode se manifestar sob um mito revolucionário ou reacionário, mas não como algo passivo, inerte ou bovino.

A isso, some-se as fragilidades do jornalismo como sistema especialista, decorrentes de suas próprias contradições como sistema que tenta ser fiador de si mesmo sem, no entanto, permitir o fácil aferimento da frequência de seu bom funcionamento, dado seu *status* peculiar como instância interposta entre o sujeito e o mundo, e filtro da reflexividade (Miguel, 1999) e não deveria surpreender a eficácia do ataque à imprensa.

Uma compreensão da pós-verdade deve atentar para a justificação social

do conhecimento. O ensino do trato razoável do testemunho, na forma do pensamento sobre critérios de razoabilidade, e a ideia do Saber como possuindo tanto juízo interno relativo à experiência e intuição, quanto um juízo social distinto relativo à comunicação de crenças, constituem uma longa tradição intelectual iniciada com a lógica aristotélica, mas que perde força com a modernidade. Democratização, industrialização e outras pressões individualizantes se unem à influência da epistemologia kantiana (Kennedy, 2004), e sua nova concepção revolucionária de que o Saber se constitui na síntese de entendimento e sensibilidade, de tal forma que a pura experiência comunicada tem o mesmo valor da experiência própria².

Não se trata de pintar o iluminista alemão como um inimigo das questões epistemológicas atuais. Sua intenção era de validar o testemunho, assim como a experiência, como fonte de conhecimento (Gelfert, 2010). Há que se destacar o elemento emancipatório dessa

perspectiva, favorável ao pensamento próprio e contrária às autoridades, os “grilhões de uma perpétua menoridade” (Kant, 2009, p. 64).

A questão é que avaliar uma fonte é algo mais do que a interpretação de um dado. O que escapa às observações kantianas é a necessidade de um juízo adicional para algo a crença comunicada (Lackey, 2011). Não apenas questionar as autoridades, mas avaliar como assentir a elas e por quê.

A supervalorização da experiência pessoal idealizada como forma mais objetiva de apreender o mundo complementa a desconfiança da imprensa e da ciência como formas hegemônicas de justificação do saber e do testemunho e sua interpretação. Pode-se compreender como essa contradição é produtiva para aqueles que instrumentalizam preconceitos do público e seu contexto social de interpretação para propor um questionamento.

Postura de desconstrução e questionamento da política e ciência

O tipo de questionamento instrumentalizado pela propaganda

Avaliar uma fonte é algo mais do que a interpretação de um dado

² Cf. *Lógica de 1800* (IX e X) e *Lógica de Vienna* (Kant, 1991).

pós-verdade é “quem decide o que é verdadeiro e quem decide o que convém decidir?”, pergunta típica da pós-modernidade, como escreveu Lyotard (2008) em *A condição pós-moderna*. Essa condição seria de desconfiança com relação às grandes narrativas de legitimação do saber e do poder que, estaria revelado, pressupõem-se a si mesmas para se legitimarem.

Existe uma tendência em atribuir causalidade da “era pós-verdade” ao pensamento pós-modernista, reduzido a um “relativismo” que justificaria a crença em fatos alternativos. Keyes (2004), Kakutani (2018) e McIntyre (2018) escreveram nesse sentido. Contrariando essa avaliação, argumentamos que a relação entre pós-modernidade e pós-verdade é mais complexa e pode ser entendida por outro prisma.

Façamos a devida ressalva de que esse termo “pós-modernismo” carrega a complexidade de rotular uma diversidade de movimentos intelectuais e artísticos, relacionados à “desconstrução” de assim chamados “mitos” do modernismo – suas categorias e pressupostos, levando à denúncia de narrativas e ideologias totalizantes,

operando, não um abandono, mas um enfraquecimento do caráter absolutista desses valores (Hollanda, 1991; Laclau, 1991). Um de seus elementos decisivos é sim o relativismo cultural (e o pluralismo de narrativas). Mas isso não se dissipa em relativismo absoluto por causa do compromisso com a rejeição das narrativas universalistas. Seu resultado político se dá na pluralidade de questões, movimentos e lutas localizadas, e na disputa entre narrativas incomensuráveis (Heller & Fehér, 2002).

Giddens (1991) afirma que a pós-modernidade constitui uma radicalização da característica reflexiva da modernidade: a mente reflexiva volta seu questionamento da ação para os fundamentos de si mesma e, no processo, chega à destabilização ontológica que atinge tradições e forças sociais (aquele mesmo processo que deságua no desconforto com a compulsividade dos sistemas especializados). Essa mesma característica reflexiva também implica na imbricação do conhecimento sobre a sociedade e a ação social, num processo de mútua influência na qual o saber e seu objeto constantemente

se modificam, sendo natural que o pensamento filosófico e sociológico vaze e filtre para dentro da sociedade, traduzindo-se na prática dos atores sociais.

Nos interessa a visão pós-estruturalista (ou pós-fundacional) da política. Característica essencial do pós-estruturalismo é, como se sabe, a instabilidade ontológica resultante da indecidibilidade fundamental dos sentidos na estrutura de significados, uma vez que se considere a “estruturalidade” das estruturas de sentidos (Cf. Derrida, 2014). Como não há nenhuma grande regra permanente organizando e *fundando* a estrutura, o todo social é entendido como uma agonística de discursos.

A tradução política desse pensamento vê diferentes grupos inseridos em uma agonística³ dos

³ Utilizamos o termo “agonística” no amplo sentido empregado por Lyotard, segundo o qual a contingência da validade dos enunciados gera o vínculo social pós-moderno no qual falar é tomar parte em “uma agonística geral” (Lyotard, 2008, p. 17), no sentido da disputa, do jogo de sentidos, não tendo mais validade a “representação” da sociedade como formada por um todo orgânico de funcionalidade positiva ou compreensível pela dialética resolvível através da crítica. Dahlberg (2007) também utiliza esse

sentidos. Suas visões de mundo seriam incomensuráveis, irreconciliáveis porque divergências surgem de sentidos distintos para os mesmos conceitos, que não podem ser simplesmente

termo em sentido amplo para designar uma perspectiva que enfatiza “*political struggle and conflict*” (p. 129), para tanto, empresta o termo de Chantal Mouffe (2005), dentro de uma perspectiva pela qual o antagonismo (relação amigo-inimigo) na política é uma possibilidade sempre presente devido às relações de poder inatas à sociedade – uma visão contrária à teoria deliberativa da democracia, que entende o consenso como possibilidade em princípio. Para essa autora, o consenso deveria existir pragmaticamente quanto às normas democráticas, mas não suas interpretações, e a operação da democracia serve para transformar o antagonismo no agonismo: contraposição de adversários, mas não de inimigos, (Mouffe, 2005). Mas ainda assim estão em jogo diferentes interpretações de princípios com pretensão de hegemonia, que não podem ser conciliadas racionalmente - Para essa autora, isso diferencia sua perspectiva da política “liberal” por admitir o conflito contra a ordem dominante. Mendonça (2016) realiza um exemplar apanhado do pós-estruturalismo político, demonstrando, com Laclau, Rancière, Badiou e outros, a linha argumentativa central segundo a qual “é a falta de um fundamento final que torna possível o estabelecimento de fundamentos provisórios” (p. 340) e “o político é estranho à política, pois ele representa o caráter subversivo e radical oposto ao sistema instituído” pois “opera fora do código da ordem” (p. 342), trazendo a ênfase no novo que deve romper com a institucionalidade, entendida como algo incapaz de conter em si a contestação social de fundo.

estabilizados sem gerar novas exclusões. Tanto no terreno da democracia como no da comunicação a disputa política é colocada nesses termos. A exclusão não é pensada como distorção dos processos políticos, mas como algo inerente à designação de qualquer forma particular de comunicação como norma racional e legítima, pois cria um viés cultural e engendra desequilíbrios de poder. Está excluída possibilidade de uma norma universal em princípio, o que leva necessariamente a um fracasso de toda comunicação racional, tanto na teoria quanto na prática (Dahlberg, 2007). A essa instabilidade se segue uma fraqueza das justificações, que têm seus *stati* ontológicos enfraquecidos pela percepção de que são históricas, contextuais e contingentes, pois resultado de uma decisão que gera exclusões (Mendonça, 2016). O papel político da desconstrução é a revelação da contingência dos fundamentos de uma estrutura de legitimação.

A função da estratégia pós-verdade de disputar legitimação e deslegitimação, bem como o ceticismo com convenções que justificam saberes e relatos, são características que

evidenciam paralelos com a visão pós-estruturalista da política, preocupada com a disputa em torno dos que têm parte (o inteligível, visível,) e os excluídos (o invisível, o ruído) dos espaços comuns⁴. Uma disputa que coloca em questão as regras que, impostas no ato de fundação do terreno deliberativo, criam igualdades e exclusões, deixando de fora aqueles que não jogam de acordo.

Rancière é o autor que mais avança nessa linha de pensamento para um tipo mais fundamental de conflito, que não diz respeito aos termos de um referente, mas sim à instituição do que é argumentável. Para esse autor, a verdadeira política diz respeito ao que chama de “desentendimento”⁵, uma situação conflituosa de fala

4 Há paralelos com Foucault (2004), que percorre linha distinta para argumentar que a estrutura total de relações de poder determina e é determinada pelos mecanismos institucionais de produção das verdades, deslocando o significado da luta política do convencimento para a mudança do “regime político, econômico, institucional de produção da verdade” (Foucault, 2018, p. 54).

5 Distinto do “diferendo” de Lyotard, que diz respeito às injustiças comunicáveis no regime discursivo instituído (Cf. Lyotard, 1989).

entre aquele que diz algo e aquele que, pelos mesmos termos, quer dizer outra coisa (Rancière, 2018). Põe-se em questão a ordem que determina a partilha do comum – uma questão de Justiça, ou seja, da medida pela qual cada parte toma o que lhe cabe. A coisa da política seria então a revelação – pela “cena” de uma manifestação – dos excluídos com o objetivo de se fazerem ver e ouvir, assim abolindo o princípio de desigualdade presente na incompreensão mútua das falas. No momento em que conseguem forçar um diálogo – ainda que seus algozes o estabeleçam para afirmar a desigualdade – fica estabelecida uma igualdade fundamental pela comunicação, que não pode ser ignorada, já que aqueles antes excluídos agora não emitem apenas ruídos, também falam.

O recuo para aquilo que está invisível na política chega ao juízo estético: a política seria assunto da produção de sujeitos em um sistema de sensações que configura o comum e sua partilha. Seria uma estética primeira, um sistema de formas *a priori* do sentir fundadas em formas análogas às formas artísticas. Já a política tradicional, no seu sentido

convencional de arranjo institucional, esse autor chama de “polícia” (Rancière, 2009).

Essa “política” não diz respeito ao conteúdo da argumentação e não aceita funciona com consensos. Nela os vencedores determinam a razoabilidade. Seu momento não é aquele do convencimento, mas sim o momento da legitimação e deslegitimação anterior ao diálogo. Uma política desconstrucionista como essa deve ser uma disputa em nome de princípios fundamentais e fins últimos. O pós-modernismo como projeto político afirma o caráter democrático da ação com base em princípios enquanto todo universalismo político é rejeitado pois a humanidade “não atingiu até agora nenhum substrato comum (Heller & Fehér, 2002, p. 16).

Essa “política” questionadora das ordens instituídas de legitimidade está presente na estratégia pós-verdadeira e seu questionamento tanto da ciência quanto da política, pois a legitimação, como percebeu Lyotard, possui na tradição ocidental tem uma única forma – “é um processo pelo qual um legislador é autorizado a promulgar

esta lei como norma” (2008, p. 13). A ciência é atingida em cheio pela desconfiança com narrativas legitimadoras, especialmente no que tange à pretensão de usar o discurso científico para justificar algo na arena social, onde imperam saberes narrativos diante dos quais o discurso científico é apenas outra narrativa que recorre a uma autoridade derivada do pertencimento a uma tradição (Gaëlle, 2011).

Ora, ciência e política – como ordens de legitimação pela discussão entre pares livres da autoridade coerciva – por sua própria natureza instituem uma divisão entre o que é razoável e o que não o é, que tipo de fala pode e não pode tomar parte de seu discurso. Parecem claros os paralelos entre a atividade propagandística característica da pós-verdade e uma “política” imaginada como a agonística de verdades incomensuráveis em torno dos regimes que interpõem procedimentos entre os discursos que têm e não têm lugar em certas arenas. Uma luta em torno da legitimação e deslegitimação dos procedimentos do diálogo que deve buscar armas na estética. Uma rebeldia

contra o vício nas instituições que reivindicam para si uma autoridade.

Conclusão

Podemos compreender uma estratégia comunicativa cujas manifestações no discurso público tomam a forma de algo chamado de “pós-verdade”. Ela tenta uma deslegitimação de certas ordens de justificação, a saber: a ciência (do saber), a política (do poder) e o jornalismo (do testemunho). Através de uma postura desconstrucionista, que questiona a institucionalidade dos critérios do razoável, essa estratégia pode prescindir da exatidão dos conteúdos. A disputa diz respeito mais às formas de justificar discursos aceitáveis do que a uma discussão racional de proposições ou enunciados.

Como há uma valorização da experiência pessoal e uma tentativa de rejeição dos contextos e subjetividades, resulta intenso contraste com as formas estabelecidas de comunicação, pesquisa e disputa política. Não se pode naturalizar essas formas: é precisamente seu caráter convencional que permite a recusa de

tomar parte em seus procedimentos, dando-se preferência a métodos alternativos de engajamento. Não uma crítica esclarecida a essas instituições, mas sim uma postura de rejeição motivada pelo não reconhecimento (no limite, até a incompreensão) de seus mecanismos.

A pós-verdade não necessariamente surge onde quer que haja uma ordem justificadora. A necessidade de uma decisão política por antagonizar mecanismos entendidos como compulsivos posiciona a pós-verdade firmemente no terreno da *ação*.

Mesmo que não seja possível, em princípio, traçar uma distinção rígida entre os alvos da informação dissimulada e os agentes da pós-verdade – especialmente em se falando das redes de informação contemporâneas num contexto de midiatização –, pode-se concluir que ocorre manipulação da ênfase no pensamento crítico individual pautado na primazia da experiência como forma mais objetiva de compreensão, deixando de lado importantes considerações relativas ao juízo sobre crenças comunicadas. Não é a negação simples do fato, mas na manipulação de maneiras

de pensar coletivamente para tornar aceitável o absurdo.

A estratégia pós-verdade também opera um questionamento da política que é implícito em sua operação. Primeiro na rejeição em princípio da ordem institucional deliberativa como local da disputa pelo poder. Depois, a deslegitimação dos mecanismos do saber e do testemunho no que diz respeito a fatos e eventos constitui um enfraquecimento de algo que é essencial para a prática política: sua base factual, que é base do consenso e torna o debate público inteligível. Nas palavras de Arendt: “*factual truth informs political thought just as rational truth informs philosophical speculation*” (1978, p. 300).

A questão substantiva que se coloca diante da assembleia dos cidadãos diz respeito ao mundo: reagir a ele, ou transformá-lo. Ausente a relação com eventos, ou ao menos consenso sobre ela, o conteúdo da política é esvaziado e as narrativas pairam no ar, dirigindo-se a si mesmas. Nisso resulta a forma de propaganda da estratégia pós-verdadeira.

Referências bibliográficas

- Arendt, H. (1972). *Crises of the Republic*. New York: Harvest Book.
- Arendt, H. (1978). *Between past and future: Eight exercises in political thought*. New York: Penguin Books.
- Barberá, P. (2014). *How Social Media Reduces Mass Political Polarization: Evidence from Germany, Spain, and the US*. (Working paper). Consultado a 2 de setembro de 2020, em <http://veille-pme.com/IMG/pdf/how-social-media-reduces-mass-political-polarization-evidence-from-germany-spain-united-sates.pdf>.
- boyd, d. (março de 2018). You think you want media literacy... Do you? *Data & Society: Points*. 9. Consultado a 2 de setembro de 2020, em <https://points.datasociety.net/you-think-you-want-media-literacy-do-you-7cad6af18ec2>.
- Bugler, M. & Davison, P. (2018). *The promises, challenges, and futures of Media Literacy*. Data & Society Research Institute.
- Crick, B. (1962). *In defence of politics*. Chicago: The University of Chicago Press.
- Cvrtila, L. (2019). Diskurs “post-istine”: gdje je nestala istina u politici? *Političke perspektive*, 9(2). 65-98. <https://doi.org/10.20901/pp.9.2.03>.
- Dahlberg, L. (2007). The internet and discursive exclusion: from deliberative to agonistic public sphere theory. In L. Dahlberg & E. Siapera (Eds), *Radical democracy and the internet* (pp. 128-147). London: Palgrave Macmillan.
- Derrida, J. (2014): *A escritura e a diferença*. São Paulo: Perspectiva.
- Elias, N. (1994). *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Faris, R., Roberts, H., Etling, B., Bourassa, N., Zuckerman, E. & Benkler, Y. (2017). *Partisanship, propaganda, and disinformation: online media and the 2016 U.S. presidential election*. Cambridge: Berkman Klein Center for Internet & Society at Harvard University. Consultado a 2 de setembro de 2020, em <https://dash.harvard.edu/handle/1/33759251>
- Fletcher, R., Cornia, A., Graves, L., & Nielsen, R. K (2018). *Measuring the reach of “fake news” and online disinformation in Europe*. (Factsheet). Reuters Institute at Oxford University. Consultado a 2 de setembro de 2020, em <https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/our-research/measuring-reach-fake-news-and-online-disinformation-europe>.
- Foucault, M. (2004). *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970* (tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio). São Paulo: Loyola.
- Foucault, M. (2018). *Microfísica do poder*. São Paulo: Paz e Terra.
- Fricker, M. (2011). Rational authority and social power: towards a truly social epistemology. In A. Goldman & D. Whitcomb, *Social epistemology: Essential readings* (pp. 54-70). Oxford: Oxford University Press.
- Gaëlle, B. (2011). Sur la crise ‘post-moderne’ de la légitimation et la confusion des raisons. *Cités*, 45(1), 87-101. <https://doi.org/10.3917/cite.045.0087>
- Gelfert, A. (2010). Kant and the Enlightenment’s contribution to social epistemology. *Episteme*, 7(1), 79-99. <https://doi.org/10.3366/E1742360009000823>
- Giddens, A. (1991) *The Consequences of modernity*. Stanford: Stanford University Press.

- Giddens, A. (2009). *A constituição da sociedade*. São Paulo: WMF Martins Fontes.
- Giddens, A. (2012). A vida em uma sociedade pós-tradicional. In A. Giddens, S. Lash, & U. Beck, *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: Unesp.
- Gomes, W. (2004). *Transformações da política na era da comunicação de massa*. São Paulo: Paulus.
- Goldman, A. L. (2011). A guide to social epistemology. In A. L. Goldman, & D. Whitcomb, (Eds.) *Social Epistemology: Essential readings* (pp. 11-37). Oxford: Oxford University Press
- Farré, J. A. (2019). La conceptualización de la mentira en tiempos de la posverdad. *Universitas Philosophica*, 36(72), 97-148. <https://doi.org/10.11144/Javeriana.uph36-72.cmtp>
- Heller, A., Fehér, F. (2002). *A condição política pós-moderna*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Hollanda, H. B. de (1991). Políticas da Teoria. In: H. B. de Hollanda (Org.) *Pós-modernismo e Política* (pp. 7-14). Rio de Janeiro: Rocco.
- Kant, I. (1991). *Lectures on Logic*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Kant, I. (2009). *Textos seletos*. Petrópolis, Vozes.
- Kakutani, M. (2018). *A morte da verdade*. Rio de Janeiro: Intrínseca.
- Kennedy, R. (2004). *A history of reasonableness: Testimony and authority in the art of thinking*. Rochester: University of Rochester Press.
- Keyes, R. (2004). *The post-truth era: dishonesty and deception in contemporary life*. New York: St. Martin's Press.
- Lackey, J. (2011). Testimony: Acquiring knowledge from others. *Social Epistemology: Essential Readings* (pp. 71-91). Oxford: Oxford University Press.
- Laclau, E. (1991). A política e os limites da modernidade. In E. B. de Hollanda, (Org.) *Pós-modernismo e Política* (pp. 127-250). Rio de Janeiro: Rocco.
- Leu, D. J., Kinzer, C. K., Coiro, J., Castek, J., & Henry, L. A. (2013). New literacies: A dual level theory of the changing nature of literacy, instruction, and assessment. In D. E. Alvermann, N. J. Unrau, & R. B. Ruddell, (Eds.) *Theoretical models and processes of reading* (pp. 1150-1181). Newark: International Reading Association.
- Lyotard, J. (1989). *The differend: Phrases in dispute*. Manchester: Manchester University Press.
- Lyotard, J. (2008). *A condição pós-moderna*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- Madden, M., Lenhart, A., & Fontaine, C. (2017) *How youth navigate the news landscape: recent qualitative research*. Miami: Knight Foundation. Consultado a 2 setembro de 2020, em https://kf-site-production.s3.amazonaws.com/publications/pdfs/000/000/230/original/Youth_News.pdf
- Marwick, A., & Lewis, R. (2017). *Media manipulation and disinformation online*. Data & Society Research Institute. Consultado a 2 setembro de 2020, em https://datasociety.net/pubs/oh/DataAndSociety_MediaManipulationAndDisinformationOnline.pdf.
- McIntyre, L. (2018). *Post-truth*. Cambridge: The MIT Press.
- Mendonça, D. (2016). Democracia e desigualdade: Pós-estruturalismo. In Miguel, L. F. (Org.) *Desigualdades e democracia* (pp. 323-364). São Paulo: Unesp.
- Miguel, L. F. (1999). O jornalismo como sistema perito. *Tempo Social*, 11(1), 197-208.

- Mouffe, C. (2005). For an agonistic public sphere. In Tonder, L. & Thomasen, L. (Eds.) *Radical Democracy: politics between abundance and lack* (pp. 123-132). Manchester: Manchester University Press.
- Nadler, A., Crain, M., & Donovan, J. (2018). *Weaponizing the digital influence machine: The political perils of online ad tech*. Data & Society Research Institute. Consultado a 2 setembro de 2020, em <https://datasociety.net/pubs/oh/DataAndSocietyMediaManipulationAndDisinformationOnline.pdf>
- O'Connor, C., & Weatherall, J. O. (2019). *The misinformation age: How false beliefs spread*. New Haven: Yale University Press.
- Rancière, J. (2009). *A partilha do sensível: Estética e política*. São Paulo: Editora 34.
- Rancière, J. (2018). *O descentendimento: Política e filosofia*. São Paulo: Editora 34.
- Ribeiro, M. M., & Ortellado, P. (2019). O que são e como lidar com as notícias falsas. *SUR*, 15(27). Consultado a 2 setembro de 2020, em <https://sur.conectas.org/o-que-sao-e-como-lidar-com-as-noticias-falsas>
- Sodré, M. (2006). *As estratégias sensíveis: Afeto, mídia e política*. Petrópolis: Vozes.
- Tripodi, F. (2017). *Searching for alternative facts: Analyzing scriptural inference in conservative news practices*. Data & Society Research Institute. Consultado a 2 setembro de 2020, em https://datasociety.net/wp-content/uploads/2018/05/Data_Society_Searching-for-Alternative-Facts.pdf.

